



## A CONSTRUÇÃO DO ETHOS DO INDÍGENA NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA A EL-REI DOM MANUEL

Marcelo Silveira (Orientador)<sup>1</sup>  
Damaris Kaninsanh Felisbino<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa, do ponto de vista do *ethos* aristotélico divulgado por Roland Barthes em seu texto “A retórica antiga”, a imagem do indígena criada por Pero Vaz de Caminha, na carta enviada a El-Rei Dom Manuel, de Portugal, em cumprimento à sua função de escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral, quando do achamento do Brasil. O *ethos* é o caráter que o orador demonstra quando se manifesta, neste caso, por intermédio do discurso escrito, e esse caráter deve ser demonstrado ao auditório, não importa a sinceridade do orador. Notamos que o *ethos* construído pelo orador apresenta um indígena puro, inocente, corajoso, curioso, que respeita o europeu e se torna sociável, por ser pacífico.

**Palavras-chave:** Ethos; Roland Barthes; Indígena.

### Introdução

É de conhecimento geral que, quando os portugueses chegaram onde hoje temos o Brasil, havia habitantes ocupando essa terra. Eram culturas e línguas bastante diferentes, avanços tecnológicos distintos, portanto maneiras diferentes de se relacionar, de ver o mundo, de atribuir valor, enfim, de ser.

Neste estudo, usaremos o primeiro texto escrito destas terras e enviado à Europa. Trata-se da carta que Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei de Portugal, Dom Manuel, contando sobre o achamento da nova terra, do que aqui havia, de como eram as coisas deste lado do Oceano Atlântico. Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa em ensino “Bilinguismo e a presença indígena na universidade: uma troca de saberes”.

O autor da carta era um dos sete escrivães (COSTA, 2013) da esquadra de Pedro Álvares Cabral e contou resumidamente a viagem iniciada em 9 de março de 1500 (de Belém,

<sup>1</sup> Professor Doutor da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [celosilveira@uel.br](mailto:celosilveira@uel.br)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [marikaninsanh@outlook.com](mailto:marikaninsanh@outlook.com)



em Portugal) até o dia 1º de maio, data do envio da carta a El-Rei Dom Manuel (de Porto Seguro, no Brasil), dando grande ênfase à presença dos indígenas na terra encontrada (cerca de 60% do texto).

O fato de (a) o projeto de pesquisa em ensino, do qual fazemos parte, trabalhar a questão do bilinguismo ligado a indígenas, de (b) uma das autoras deste texto ser indígena kaingang e (c) diante dessa porcentagem elevada de tempo/espácio usada para falar do nativo desta terra, interessou-nos saber que imagem dele o escrivão europeu construiu para que seu rei tomasse conhecimento. Para tal, usamos a teoria do *ethos*, iniciada por Aristóteles, em sua *Retórica* (MESQUITA, 2012) e divulgada, dentre outros, por Roland Barthes (1975), o qual, pelos 100 anos de seu nascimento, foi um dos motivos deste IX Colóquio de Estudos Literários: diálogos e perspectivas.

## O orador

Barthes (1975, p. 203), em seu texto “A retórica antiga”, diz que o *ethos* “São os traços do caráter que o tribuno deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são suas *aparências*.” Nesse sentido, o analista não precisa se preocupar se o orador está sendo sincero ou não ao enunciar seu discurso, pois o que importa é causar boa impressão ao Rei, ainda mais sendo seu súdito. Apesar disso, vemos que o primeiro parágrafo deixa transparecer o *ethos* de um súdito fiel e atencioso, além do *ethos* de um escrivão modesto e humilde, quando diz:

*Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que todos fazer (BRASIL, 2015, grifos nossos).*

Caminha informou que o capitão-mor e os demais capitães escreveriam ao rei contando do achamento, apesar de ser ele um dos escrivães da esquadra e ter, ele sim, a obrigação de escrever. Se Caminha foi escolhido para tal função é porque devia ter



competência, então não precisaria ter dito que *também* escreveria. Mas, ao dizer que também não iria deixar de dar conta disso, mostra-se súdito fiel e atencioso para com sua majestade. Sem terminar a linha de raciocínio, Caminha diz que fará o relato como *melhor puder* ainda que *o* saiba fazer *pior* que todos, numa visível declaração de modéstia e humildade. Assim, somos levados a acreditar que Caminha está sendo sincero para com sua majestade, e, se para Barthes não importa a sinceridade que o orador deve ter quando mostra seu caráter, podemos admitir que já é um bom começo mostrar-se sincero – mesmo que isso seja falso – pois leva o leitor (auditório) a entender todo o texto subsequente como verdadeiro.

Diante dessa apresentação, lemos o seguinte no segundo parágrafo:

*Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu* (BRASIL, 2015, grifos nossos).

A ausência de vaidade continua sendo o *ethos* demonstrado pelo orador, por vezes até mesmo resignado, por causa de sua *boa vontade*, apesar da *ignorância* que diz ter, mas que, verdadeiramente, não deve ser bem assim. Essa insinceridade pode ser confirmada com a leitura do terceiro parágrafo, onde vemos:

Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque *o não saberei fazer*, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo: (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Aqui, sim, pela expressão *o não saberei fazer*, temos a sinceridade sem falsa modéstia, sinceridade humilde de quem reconhece a competência que tem.

Barthes (1975, p. 203) também diz que o orador deve significar justamente aquilo que deseja ser para o outro, então parece ser isso que Caminha explicitamente fez nos parágrafos até então comentados. A ideia parecer ser mostrar-se fiel, atencioso, modesto, humilde e sincero ao Rei e, conseqüentemente, a todos quantos ouvirem ou lessem seu texto. Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo (1854-1916) pintou o quadro “Pero Vaz de Caminha Lendo sua Carta”, em que representa o primeiro auditório do texto que descreve o Brasil de então, sendo



eles o comandante Pedro Álvares Cabral, o Frei Henrique de Coimbra e o mestre João (COSTA, 2013).

Esta introdução serviu para apresentar o orador e *ethos* que quer deixar transparecer ao seu auditório. Nosso intuito, porém, não é examinar a construção do *ethos* de Caminha, mas, sim, a construção que Caminha faz do *ethos* do indígena que encontrou quando chegou à terra que os locais chamavam de Pindorama (Terra das Palmeiras) (CARVALHO, 2007). Para que cheguemos a essa construção, será necessário analisar o modo como Caminha descreve fisicamente o indígena, seu comportamento, sua sociabilidade, enfim, tudo o que se relaciona aos que aqui estavam antes da chegada dos portugueses.

Barthes (1975, p. 203), ao dizer que “O orador enuncia uma informação e, *ao mesmo tempo*, afirma: sou isso e não aquilo”, deixa-nos claro que, no nosso caso, o *ethos* do orador e do indígena serão construções feitas simultaneamente, que resultarão em uma pintura de duas culturas completamente diferentes: a de Caminha, por intermédio de suas palavras; a do indígena, por seu comportamento, já que não se entende o que fala, contudo esse comportamento chega até o auditório também por meio das palavras de Caminha. Uma palavra; dois desenhos.

Assim, ainda é preciso entender um pouco mais sobre *ethos* para avançarmos nas análises. Dessa forma, para que o orador demonstre autoridade e, por conseguinte, alcance o auditório persuadindo-o ou convencendo-o com sua argumentação, é preciso compreender que essa autoridade é constituída por três aparências, a saber: a prudência (*phrónesis*, em grego), que é a “qualidade daquele que delibera com acerto, que pesa bem os *prós* e os *contras* [...]”; a virtude (do grego *areté*), que “mostra de uma franqueza que não teme consequências e exprime-se com auxílio de palavras diretas, marcadas de lealdade teatral [...]”; e a benevolência (*eunóia*, em grego), que afirma que importa que o orador não choque, não provoque, seja simpático, entre numa cumplicidade complacente para com o auditório (BARTHES, 1975, p. 203).

No discurso de Caminha, não aparece a *phrónesis*, pois a função do orador é apenas relatar, descrever; ele não tem a função de deliberar. Porém, a *areté* e a *eunóia* aparecem, como já vimos, quando o orador mostra franqueza e lealdade no início da carta, assim como



ficou evidente, por sua sinceridade, que ele não chocou o rei ao dizer as verdades que disse, nem provocou de alguma forma, mas foi simpático, tornando o rei seu cúmplice.

Tendo ciência da existência das aparências que demonstram autoridade, é preciso agora atentar para o que Fiorin diz sobre o *ethos* do interlocutor. O autor diz que “[...] o *éthos* estabelece-se no interdiscurso”; assim, entenderemos a construção do *ethos* do indígena, mostrando que “o caráter de um enunciador se constitui sempre em oposição a outro” (FIORIN, 2008, p. 150). Então, podemos reforçar o que foi anteriormente dito: estaremos presenciando a descrição dos costumes indígenas, tendo como base os costumes europeus.

Diante da teoria exposta, partamos, então, para os excertos extraídos da carta de Caminha, os quais foram classificados para que as análises pudessem didaticamente ficar em grupos. Iniciemos pela descrição física.

### O indígena – descrição física e linguística

Caminha descreve os indígenas da seguinte forma, por ordem de aparecimento na carta:

*Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas.*

*[...] tomou dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos [...]*

*A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos.*

*Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros.*

*Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa (BRASIL, 2015, grifos nossos).*

Os quatro primeiros excertos tratam da descrição física dos indígenas. No primeiro, vemos a observação de Caminha, dizendo da cor em uma só palavra (*pardos*) e das vestimentas, a princípio também em uma só palavra (*nus*); porém, a nudez precisou ser



ressaltada, especificada, esclarecida, como que ele ainda não pudesse acreditar que estivesse presenciando aquelas cenas e, principalmente, imaginando que o rei também não fosse acreditar. Apenas dizer *todos nus* talvez não significasse o que Caminha quis dizer; foi preciso dizer que nenhuma coisa lhes cobria as vergonhas. Eis a oposição de cada caráter construindo um ao outro. É possível que o indígena percebesse o mesmo: a cor bronzeada do sol do homem europeu, as roupas cobrindo quase todas as partes do corpo, sem enfatizar as vergonhas, como o europeu enfatizou. O quarto excerto volta a tocar na mesma tecla: Novamente o *nus* precisou de reforço “*sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas*”. A imagem que foi construída do indígena nesses dois excertos é de pessoas despreocupadas com a nudez, pela *inocência* no sentido daquele que é “destituído de segunda intenção, de malícia”, certamente ligado à questão religiosa, mas aqui de uma “pessoa não conspurcada pelo pecado, pelo mal” (HOUAISS, 2009, s.v. *inocente*).

O segundo e o terceiro trechos tratam da beleza física. Inicialmente, fala-se em *bons corpos*; em seguida, a qualidade aparece em *bons rostos* e *bons narizes, bem-feitos*. Está clara a construção da imagem de um ser humano bonito, como se o escrivão esperasse encontrar ali pessoas feias, por serem diferentes. Um detalhe importante, que pode corroborar essa afirmação, é a retomada do assunto “cor da pele”: “*A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados*”. Isso acontece antes de se falar (ou continuar falando) da beleza física, sem nenhuma conjunção adversativa para contrapor a cor da pele à descrição física, sugerindo que os dois itens estejam sendo elogiados. Assim, juntam-se a inocência da nudez, a cor da pele e os traços físicos, formando uma imagem de alguém digno de viver no jardim do Éden, alusão esta que aparece implícita perto do fim da carta, ao apresentar a comparação da inocência *desta gente* com a de Adão, colocando-os em pé de igualdade.

O último excerto trata da questão linguística, que não permitiu entabular comunicação, porém atribuiu-se o problema de entendimento ao alto som que as ondas faziam ao quebrar na costa. A comunicação linguística, na ocasião e até o final da carta, não é algo extremamente necessário, pois uma comunicação aconteceu de qualquer forma: por gestos, por escambo, por imitação, por uma certa rotina que se estabeleceu no tempo em que a história foi relatada. A aproximação entre as culturas se deu da forma mais primitiva, mas não deixou de acontecer.



## O indígena – o perigo do desconhecido

Chegar a um lugar desconhecido, encontrar pessoas desconhecidas, bastante diferentes física e comportamentalmente torna mais do que normal a existência de um certo receio, um certo medo, ainda mais diante da imagem de pessoas armadas com arcos e flechas. Vejamos no primeiro excerto:

*Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.*

A imagem criada por Caminha, no trecho acima, não chega a ser assustadora para os padrões fílmicos atuais, mas a imagem do homem rijo, armado, indo em direção ao barco confronta com a imagem dos corajosos navegantes, fortes também pelo serviço pesado da nau. Certamente, se houvesse embate, haveria muitos mortos de ambos os lados, porém um detalhe curioso chama a atenção: um gesto característico de uma cultura foi compreendido pela outra: *Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.* Não cabe a nós debater a ideia de a cultura europeia já ter estado aqui, mas, sabendo que a maioria dos gestos é cultural, como poderiam os índios ter entendido o propósito daquela movimentação de braço? Bem, o fato é que a descrição foi feita e a comunicação aconteceu. O perigo passou.

E foi passando cada vez mais, de acordo com os excertos listados a seguir:

*Ali vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes. Já muito poucos traziam arcos. Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturaram-se conosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo.*

*Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados.*

*Estavam na praia, quando chegamos, obra de sessenta ou setenta sem arcos e sem nada.*

*Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles.*



Fica claro que o susto inicial, que aquela tensão (rápida) deu lugar à diminuição do número de indígenas que iam até o local onde os barcos estavam ancorados, dia a dia, e cada vez mais com menos arcos e setas. A princípio não se aproximavam, mas depois já iam se misturando, chegando até a abraçar e a folgar. Mas esses momentos nem sempre duravam muito com todos; alguns logo se esquivavam. A construção do *ethos* do indígena aqui aponta para um comportamento bastante normal diante do desconhecido. Não é comum a imediata aproximação, numa ocasião como a descrita, o que torna o discurso ainda mais fidedigno.

Os índios foram ficando cada vez mais à vontade, pois já andavam quase todos misturados. Essa declaração continua apontando para o fato de que não eram todos que se aproximavam ou ficavam à vontade, exatamente como acontece em qualquer sociedade (por menos que seja), pois que são formadas por pessoas de temperamentos diferentes. O fato é que o perigo imaginado, pelo discurso de Caminha, já não é mais iminente, fato esse corroborado pelo excerto que fala em “*sessenta ou setenta sem arco e sem nada*”.

Quando parecia que os portugueses já não temiam mais nada, demonstrado pelo texto de Caminha, lemos o último excerto, que diz: “*Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles*”. Ou seja, o *ethos* do indígena foi construído mostrando a facilidade com que se pode entrar em contato com eles, sem ser ameaçado, pois são dóceis, apesar de selvagens, são inocentes, apesar de armados, são puros, apesar dos portugueses, visto que estes ainda não estavam suficientemente seguros entre os indígenas, o que acaba contradizendo a própria descrição que vinha sendo feita, afinal de contas o índio é dócil e inocente ou não?

### **O indígena – comportamento**

A divisão dos itens em *perigo e comportamento* acaba, de certa forma, se mesclando aparentemente. Porém, o comportamento aqui vai tratar de um outro viés.

Aqui no primeiro excerto, a ênfase volta para o fato de os índios pousarem os arcos, demonstrando a sua compreensão de uma mensagem de que os portugueses estavam ali em paz.





*Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.*

Assim, entendemos logo de início que o indígena não necessariamente é dado à guerra, apesar de estarem, inicialmente, quase todos armados. Os trechos seguintes continuam mostrando o comportamento social do índio. Vejam-se os excertos e os comentários sobre eles:

*Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém.*

Este trecho mostra bem a diferença cultural entre os protagonistas do relato, deixando clara ausência de conhecimento da hierarquia daquela esquadra ou apontando para que aquele povo tinha seus próprios líderes, não devendo obediência ou qualquer sinal de cortesia a alguém que não fosse dos seus. O *ethos* que Caminha deixou transparecer aqui foi de elementos mal-educados, pelo uso da adversativa (*mas*). Esperava-se um comportamento baseado na cultura europeia ou na microcultura de uma tripulação, porém a expectativa não foi alcançada. Do nosso ponto de vista, esse comportamento do indígena mostrou a noção de grupo, de pertencimento, de identidade em relação aos seus. Essa interpretação nossa tem sequência no trecho abaixo:

*Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provaram, logo a lançaram fora.*

Nota-se a repudia ao que não é seu ou de seu costume. O alimento oferecido pelo europeu fazia parte de sua cultura, mas não da cultura do outro. Por melhor que fosse o gosto e a qualidade do alimento, ele não era o mesmo ingerido pelos habitantes locais. O gesto de lançar fora, estando com o alimento na boca, é mais uma característica do selvagem, que não conhece os bons modos de uma sociedade mais alta, lembrando que estamos lendo pelas lentes de alguém socioeconomicamente mais bem situado do que a maioria dos integrantes da população, que faziam o serviço mais pesado e não tinham também os mesmos costumes que seus superiores na hierarquia.



*Então* estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas, *as quais não eram fanadas*; [...]

O fato de os índios terem ido ao barco, entrado, deitado na alcatifa pode demonstrar proximidade, intimidade, mas também pode demonstrar falta de respeito, visto talvez não ser uma atitude socialmente aceitável. A tese é confirmada pela sequência do texto, onde se lê “*sem buscarem maneira de cobrirem suas vergonhas*”, ou seja, temos um mau comportamento seguido de outro. Eles ainda eram selvagens e não parecia que aprenderiam a deixar de sê-lo tão rapidamente.

*Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.*

Essa aparência mencionada no comentário do excerto que menciona a alcatifa é desfeita ao analisarmos o trecho acima, que apresenta outra aparência: a de que a inocência entre os índios é bastante grande, o que desfaria a imagem de uma má educação, mesmo porque, nos termos europeus, nem educação havia ali. Aqui aparece, além do já explanado, pela primeira vez a ideia de uma catequização, o que parece ser uma boa ideia, visto que o *ethos* que se constrói do indígena aqui é que a inocência e a falta de alguma crença os tornariam logo cristãos. Os dias de convívio não teriam ensinado boas maneiras aos nativos, porém cristãos eles poderiam ser em pouco tempo, talvez porque comportamentos eles já tinham, mas crença, nenhuma, como se fossem *tabula rasa*, prontos a absorver qualquer ensinamento nesse âmbito religioso.

O trecho seguinte vai tratar da proximidade que os indígenas passaram a ter dos tripulantes.

*Era já a conversação deles conosco tanta, que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.*



Apesar de linguisticamente separados, Caminha mostra aqui um *ethos* amigável, de proximidade tanta, que quase que atrapalhavam o trabalho dos brancos. Esse “não ter o que fazer”, por isso “vou ajudar o branco” é mais detalhado no enunciado que segue:

*Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.*

A imagem do índio que chegou até nós, no século 21, é a do selvagem preguiçoso. Inicialmente, no enunciado anterior, podemos achar que o discurso será direcionado por esse caminho (o da preguiça), mas, se essa foi a intenção de Caminha, houve uma mudança na linha de raciocínio, visto que, mesmo não tendo todo o trabalho que o homem branco tem para cultivar boa alimentação, os índios “*andam tais e tão rijos e tão nédios*” que, comparando com os europeus, que se alimentam de trigo e legumes (e aqui está a valorização do próprio alimento que a história cultural oferece), são mais rijos e nédios.

Não vemos uma construção de um *ethos* do índio preguiçoso, mas, sim, do *ethos* do português espantado com a qualidade da alimentação e a facilidade em adquiri-la.

Finalizamos este tópico sobre o comportamento com o excerto seguinte, que fala de uma mulher moça, que participou de grande parte da missa (senão dela inteira). O *ethos* construído aqui é de uma pessoa já civilizada, temente a Deus, senão, no mínimo, bastante curiosa. Contudo, essas interpretações são abafadas (mas não eliminadas) pelo comentário explícito de Caminha, levando o foco do parágrafo de volta à inocência. Vejamos:

*Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Puseram-lho a redor de si. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha.*

Mesmo que Caminha tenha desejado jogar luzes sobre a questão da inocência, para, depois, poder compará-la a Adão, é ainda possível perceber uma ideia implícita da moça



civilizada, temente a Deus ou simplesmente curiosa. Adão, por sua vez, não seria mais inocente do que aquela gente, agora representada por aquela mulher moça. O *ethos* de um povo inocente foi elevado ao mais alto grau que podia um cristão elevar, pois, depois de Adão e Eva, a inocência deixou de existir.

### O indígena – números

Como último tópico, temos a questão numérica, que tanto aparece na carta de Caminha. Quando o escrivão não menciona números, ele usa advérbios de intensidade (*muitos, alguns*). Há momentos em que há poucos indígenas por perto, há momentos em que o número deles é bastante expressivo. Leiamos:

*[...] homens que andavam pela praia, obra de 7 ou 8.*

*[...] estariam já na praia assentados perto do rio obra de 60 ou 70 homens que se haviam juntado ali [...]*

*Ali acudiram logo obra de 200 homens, todos nus, e com arcos e setas nas mãos.*

*Então se começaram de chegar muitos.*

*Eles acudiram à praia; muitos, segundo das naus vimos. No dizer de Sancho de Tovar, que lá foi, seriam obra de 300.*

*Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam, este dia, à praia 400 ou 450.*

*Eram já aí alguns deles, obra de 70 ou 80; [...] Andando-se ali nisto, vieram bem 150 ou mais.*

Pode-se notar, pelos sete trechos acima, que o número dos que se aproximavam, no início, era baixo (7 ou 8), aumentando para 60 ou 70 num segundo momento, crescendo para 200 num terceiro momento, passando a ser muitos num quarto momento, indo a 300 no antepenúltimo momento, chegando ao maior número no penúltimo momento (400) e caindo para 70 ou 80 de um lado do rio, para voltar a subir (150 ou mais) do outro lado.



Os números, que parecem ser frios, têm uma grande importância neste estudo do *ethos*, visto que conseguimos, por meio deles, que os indígenas, no início, apenas sondaram o ambiente, lembrando que todos estavam armados, e, rijos, direcionaram-se ao batel. Eles não atacaram, mas mostraram presença, mesmo sendo poucos. A sequência dos números mostra um crescendo à medida que as armas e a distância vão diminuindo. Essa proporcionalidade invertida apresenta um *ethos* pacífico, amigável, apesar de inicialmente temeroso e desconfiado. Esses adjetivos não obscurecem uma característica que perpassou o texto todo: a inocência.

No final da carta, o número de indígenas diminuiu, mas não voltou a ser tão pequeno como no relato dos primeiros dias.

### Considerações Finais

Diante dos fatos que permeiam esta linha de pesquisa estão, primeiramente, o fato de ela pertencer ao projeto de pesquisa em ensino intitulado “Bilinguismo e a presença indígena na universidade: uma troca de saberes”; em segundo lugar, a presença indígena na autoria deste artigo; e, em terceiro lugar, a alta porcentagem de enunciados relacionados ao índio, na carta de Pero Vaz de Caminha enviada a El-Rei Dom Manuel de Portugal, contando sobre o achamento da terra do Brasil<sup>3</sup>.

Assim, a pesquisa foi feita analisando-se os trechos em que Caminha menciona os indígenas, com base na teoria do *ethos* iniciada por Aristóteles, em sua *Retórica*, e divulgado por Roland Barthes (1975), que não o fez sozinho, mas cuja escolha se deu em razão do Colóquio de Estudos Literários realizado na Universidade Estadual de Londrina, em 2015.

Apesar de o *ethos* ser mormente estudado para conhecer o caráter do orador, no caso Caminha, trabalhamos essa questão teórica sobre o discurso que ele fez incluindo a figura do

<sup>3</sup> *Brasil* era um dos nomes dados à nossa terra, antes mesmo do descobrimento, entre 1351 e 1500, e cujas variações são *Bracir*, *Bracil*, *Brazille*, *Bersil*, *Braxili*, *Braxill*, *Bresilge*, indicando um espaço geográfico ainda mítico. Depois passou a ser chamada *Ilha de Vera Cruz*, *Terra de Santa Cruz*, *Brazil* e, então, definitivamente, *Brasil*. Já chegou, também, a ser referida como *Terra dos Papagaios*. Antes de tudo, porém, já era chamada, pelos primeiros habitantes daqui, *pindorama*, que significa *Terra das Palmeiras* (SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. **Revista de História**, v. 145, p. 61-86, 2001, p. 66. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18919/20982>>. Acesso em: 22 out. 2015.



indígena e, assim, organizamos suas menções em quatro categorias para que, didaticamente, as análises pudessem ficar mais organizadas. São estas as categorias: descrição física e linguística do indígena; o perigo do desconhecido; comportamento do indígena; números relacionados ao indígena.

Identificamos, por meio das palavras de Caminha, a construção de um *ethos* indígena permeado de pureza, de inocência, de coragem plena de respeito, curiosidade e uma certa sociabilidade. O escrivão descreve um selvagem pacífico, que tenta se comunicar apesar da diferença linguística e tenta se aproximar apesar da diferença cultural.

Enfim, o autor da carta deixa claro ao Rei, e a nós, que a pacificidade desse povo aborígene, somada à inocência igualada à de Adão antes de ser expulso, com Eva, do Jardim do Éden, o que aponta para o monarca sobre a grande possibilidade de se tornarem cristãos, visto que, aparentemente, não tinham outras crenças e estavam “livres” do pecado original.

Este trabalho sobre o *ethos* indígena na Carta de Caminha é parte de uma análise maior sobre o *ethos* e o *pathos* do indígena nesta carta, assim como nos padres Anchieta e Vieira, além da mesma análise em discursos indígenas com respeito a si mesmos e ao que os kaingang chamam(os) de *fóg*, os não índios, sempre lembrados pelo *fogo* com que realizavam o embate contra os nativos.

Que esta pesquisa desperte o interesse de entender ainda mais sobre a visão europeia divulgada a respeito dos nossos indígenas, para, depois, contrapô-la à visão que o próprio indígena tem de si mesmo e do europeu.

## Referências

MESQUITA, Antonio Pedro (Coord.) **Aristóteles**. Obras completas. Retórica. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Junior; tradução e notas de Manuel Alexandre Junio, Paulo Farmhouse e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 83-124.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean et al. **Pesquisas de retórica**. Tradução de Leda Pinto Mafra Iruzum. Petrópolis. Vozes, 1975. p. 147-225.



BRASIL. Ministério da Cultura. Departamento Nacional do Livro. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2015.

CARVALHO, José Murilo. O Brasil e seus nomes. **Revista de História.com.br**. Rio de Janeiro, 12 set. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/pagina/quem-somos>>. Acesso em: 12 set. 2015.

COSTA, Gilberto. Três cartas documentam o descobrimento do Brasil e revelam detalhes da viagem de Cabral. **EBC**. Brasília, 19 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cultura/2013/04/tres-cartas-documentam-o-descobrimto-do-brasil-e-revelam-detalhes-da-viagem-de>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. **Revista de História**, v. 145, p. 61-86, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18919/20982>>. Acesso em: 22 out. 2015.